



6 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 7 de maio de 2022

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na sexta-feira	Capital de giro Na sexta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,16% São Paulo	106.528 / 105.135	R\$ 1.212	Na sexta-feira R\$ 5,075 (+ 1,17%)	R\$ 5,353	6,76%	12,69%	Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62

COMBUSTÍVEIS

Petrobras reafirma preços de mercado

Apesar das críticas de Bolsonaro, presidente da estatal defende manutenção da política de paridade internacional

» MICHELLE PORTELA

Bruno Spada/MME

O presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, confirmou, ontem, um dia após as fortes críticas feitas à companhia pelo presidente Jair Bolsonaro, que a estatal vai manter a política de preços de mercado para calcular o valor dos combustíveis vendidos ao consumidor brasileiro.

Na quinta-feira, a estatal anunciou que teve lucro de R\$ 44,65 bilhões no primeiro trimestre, valor 3.718% maior que o do mesmo período de 2021, de R\$ 1,16 bilhão. No mesmo dia, em live nas redes sociais, Bolsonaro classificou os ganhos da estatal como “um estupro” e afirmou que a empresa não deveria aumentar mais os preços dos combustíveis para não “quebrar o país”.

A Petrobras adota a chamada política de paridade internacional (PPI), que nivela os preços do mercado interno às cotações internacionais do petróleo e dos derivados. Apesar das críticas de Bolsonaro, a defasagem dos valores praticados no país e as cotações no mercado externo já é maior do que a registrada na data do último aumento, em 10 de março, de acordo com dados da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

O diretor de Comercialização de Logística da Petrobras, Cláudio Mastella, afirmou porém, que a empresa espera uma “estabilização” da defasagem de preços dos combustíveis em relação aos preços internacionais para definir novos valores no mercado interno.

Mauro Coelho negou que os resultados da companhia tenham sido determinados apenas pela receita com a venda de combustíveis e defendeu a política de preços da empresa. “Não é só preço do barril. É uma gestão responsável que tem sido feita nos últimos anos, com redução de custos e endividamento. Não podemos nos desviar da



Segundo José Mauro Coelho, lucro elevado da companhia no primeiro trimestre foi resultado de maior eficiência na gestão da empresa

prática de preços de mercado. É uma condição necessária para a geração de riqueza não só para a empresa, mas para toda a sociedade brasileira, fundamental para a atração de investimentos ao país e para garantir o suprimento dos derivados que o Brasil precisa importar”, disse.

Coelho explicou que 80% dos ganhos do primeiro trimestre vieram da atividade de exploração e produção de petróleo, e 20% dos demais segmentos. Ele frisou ainda que, no período, a Petrobras pagou R\$ 70 bilhões em tributos para a União, os estados e municípios — uma vez e meia o valor do lucro líquido.

“Um bom resultado da Petrobras repercutiu também para a sociedade como um todo. Isso gera investimentos em saúde, saneamento, transporte e uma série de outros investimentos importantes”, argumentou.

Nessa sexta-feira, completaram-se 57 dias desde o último reajuste da companhia, ocorrido no dia 10 de março. Na ocasião, o aumento de preços foi anunciado também 57 dias após a correção anterior, sob o argumento de que a estatal não podia mais sustentar a defasagem entre preços internos e externos. Segundo a Abicom, a defasagem média é, atualmente, de 21% no óleo

diesel e de 17% na gasolina. A entidade indica que o mercado internacional e o dólar pressionam os preços domésticos.

Etanol

Para o pesquisador Tiarajú de Freitas, da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), a decisão da Petrobras de reajustar ou não os preços está vinculada diretamente à volatilidade do petróleo. Como as cotações do barril do petróleo e do dólar variaram negativamente em abril, a empresa precisará calcular o impacto dessa variação. No entanto, Freitas chama a atenção para

outro fator: os preços do etanol, que entra com 27% na composição da gasolina e deve entrar em tendência de baixa.

“Vejo chances de queda pelo lado não volátil que forma o preço da gasolina no Brasil, no caso a redução do preço do álcool anidro em face da colheita da safra de cana-de-açúcar, mais do que pelo lado volátil motivado pela guerra da Rússia com a Ucrânia”, avalia o pesquisador.

Assim, o início da colheita da nova safra da cana e a maior oferta da matéria-prima para a produção do etanol poderiam atenuar a alta da gasolina ao consumidor.

Dólar sobe 2,68% na semana

» FERNANDA STRICKLAND

Marcada por forte volatilidade nos mercados, a primeira semana de maio terminou com alta de 2,68% do dólar e queda de 2,54% do índice Ibovespa, principal indicador dos negócios na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). O comportamento do mercado, segundo analistas, reflete a piora do clima institucional no país e, sobretudo, a elevação dos juros nos Estados Unidos.

A alta dos juros norte-americanos tem provocado um forte movimento de saída de recursos do mercado brasileiro em direção aos EUA, o que enfraquece o real e gera um movimento de ações que resulta na baixa da Bolsa.

Dados divulgados ontem mostram que, em apenas seis dias, investidores estrangeiros retiraram R\$ 5,67 bilhões da B3. O volume equivale a mais da metade das retiradas líquidas feitas em abril, que chegaram a R\$ 7,6 bilhões. Apenas na quarta-feira, dia em que o Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) anunciou nova elevação dos juros, a saída de recursos da B3 foi de R\$ 2,309 bilhões.

Ontem, o dólar comercial subiu 1,17%, fechando a R\$ 5,07, e o Ibovespa terminou o dia em queda de 0,16%, aos 105.135 pontos.

Segundo o economista do Insper Otto Nogomi, a elevação da taxa de juros americana atrai o investidor mais conservador para os EUA, em busca de porto mais seguro para seus recursos, o que provoca a desvalorização do real. Além disso, a discussão eleitoral, com o Executivo querendo intervir no processo de apuração das eleições envolvendo o Exército, cria um clima de insegurança muito grande no Brasil.

TRIBUTOS

STF suspende decretos de redução de IPI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu parcialmente dois decretos do presidente Jair Bolsonaro que reduzem em 25% e 35% as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A decisão foi dada em resposta a ação movida pela bancada do Amazonas, que alegava prejuízos ao modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM).

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi apresentada pelo Solidariedade, a pedido da bancada amazonense. Na decisão, Moraes também solicitou informações ao governo federal, no prazo de 10 dias, e determinou que seja dada vista do processo à Advocacia-Geral da

União e à Procuradoria-Geral da República.

A decisão foi comemorada pelo vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PSD-AM). “Nossa opção pelo diálogo franco com o ministro Alexandre de Moraes, baseando nossa argumentação sob os pontos de vista jurídico, econômico, social e ambiental foi fundamental”, avaliou.

Na prática, a decisão de Alexandre de Moraes suspende na íntegra os efeitos do Decreto nº 11.052, de 28 de abril de 2022, que zerava o IPI no setor de concentrados. Sobre os decretos nº 11.047 e nº 11.055, também editados em abril, o ministro do STF suspendeu os efeitos apenas da redução

Credito:divulga?o/Site



Fabrica de motos na Zona Franca de Manaus: menor competitividade

das alíquotas de produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, como motos e eletrônicos.

Para o deputado federal Alexis Fonteyne (Novo-SP), presidente

da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, a decisão do ministro fere o livre mercado. “É uma decisão muito ruim, e a alegação de que a redução do IPI é uma

medida eleitoreira é descabida. O corte do imposto, claramente, foi feito porque houve um aumento de arrecadação. O Brasil não pode ficar refém da Zona Franca. É um absurdo não poder reduzir o IPI de todo o Brasil por causa de Manaus”, afirmou.

Para ele, a ZFM deveria ser revisada ou extinta. “Quando foi criada lá atrás, o objetivo era de evitar que os estrangeiros invadissem a Amazônia. Hoje, a vocação de Manaus é outra, não é produzir moto, ar condicionado e bicicleta. Há um projeto de Crédito de Carbono que vai trazer mais recursos para a região do que o modelo atual, que gera milhares de empregos a base de R\$ 34 bilhões de subsídios, mas do qual a maior parte da população da região, incluindo 20 milhões de ribeirinhos, não se beneficiam”, provocou.

O presidente da Associação dos Fabricantes de Refrigerantes

do Brasil (Afrebras), Fernando Rodrigues de Bairros, também criticou a decisão de Alexandre de Moraes. Para ele, não cabe ao poder Judiciário decidir sobre o IPI. “Essa é uma função do Executivo”, alegou. “Perde a indústria nacional de refrigerantes, o Amazonas, e toda a sociedade brasileira”, disse.

A decisão de Moraes afeta a indústria de refrigerantes no país, do qual a ZFM é forte polo produtor. O presidente da Afrebras explica que o concentrado é uma matéria prima intermediária usada para fabricação do refrigerante de forma artificial, e carrega consigo crédito de impostos.

“Por isso é ‘menina dos olhos’, das multinacionais do setor. Eles não estão preocupados com geração de empregos e nem com o desenvolvimento do estado do Amazonas. A única preocupação é com seus próprios bolsos”, considerou. (MP)